

C U R S O

## Reforma Tributária e Novas Fontes de Receita e Gestão Urbana

ISS

Regularização e licenciamento de Obras

IBS

📍 Porto Velho

📅 26, 27 e 28/03/2025



**Endereço:**

Avenida 25 de Agosto, 5044  
Andar 01, Sala 03, Centro  
Rolim de Moura.

---

**Contato:**

 **(69) 99261-5587**  
07:30 às 17:30

---

**Email:**

[atendimento@safegov.com.br](mailto:atendimento@safegov.com.br)

[safegov.com.br](http://safegov.com.br)

C U R S O

## Reforma Tributária e Novas Fontes de Receita e Gestão Urbana

ISS

Regularização e licenciamento de Obras

IBS

### Palestrantes:

Francisco Mangieri



Marcelo Vieira



Ester Caliani



Bruno Fonseca



### Módulos:

- 1 - NOVAS E IMEDIATAS FONTES DE RECEITA DO ISS
- 2 - O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA
- 3 - A PRÁTICA NO PROCEDIMENTO DA REURB
- 4 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE LICENCIAMENTO E REGULARIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

## Datas e horas:

26/03/2025 das 08:30 ao 12:30 e das 14:00 às 18:00

27/03/2025 das 08:30 ao 12:30 e das 14:00 às 18:00

28/03/2025 das 08:30 ao 12:30 e das 14:00 às 18:00

Inscrições até 21 de março

## Itens Inclusos:

- Material Didático
- Slides do Curso
- Certificado
- 6 Coffee Breaks

## Público-alvo:

Advogados, Engenheiros, Arquitetos, Controladores, Fiscais Tributários, Fiscais de Obras e Postura, Auditores, Secretários de Administração, Fazenda e Finanças, Prefeitos e Vereadores.

## Local:

Golden Plaza Hotel – Porto Velho



Clique aqui para ver no maps

## Valor:

**R\$ 3.500,00** Por pessoa

Transferência Bancária:

Banco do Brasil  
Agência 1406-0  
C/C 60901-3

PIX:



Chave PIX:

51.576.133/0001-41



## Objetivos:

Curso 1 - Implementar medidas práticas e eficazes para elevar imediatamente a arrecadação do ISS, com foco em ações céleres, automatização de processos e estratégias fiscalizatórias em setores-chave da economia, garantindo resultados expressivos em curto prazo e respaldo jurídico-tributário.

Curso 2 - Capacitar fiscais, procuradores, técnicos e profissionais da área tributária sobre o novo regime do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), sua competência compartilhada entre estados e municípios, e as ações necessárias para otimizar a arrecadação municipal, incluindo inovações no IPTU e contribuições municipais, com foco nas mudanças trazidas pela Reforma Tributária e o modelo de "IVA DUAL".

Curso 3 - Capacitar gestores, técnicos e profissionais para aplicarem, de forma prática e eficiente, as etapas da Regularização Fundiária Urbana (REURB) com base na Lei Federal 13.465/2017, garantindo segurança jurídica, agilidade no processo, ampliação da arrecadação municipal e desenvolvimento urbano sustentável.

Curso 4 - Capacitar gestores, servidores públicos e profissionais envolvidos no licenciamento e regularização de obras a implementar ações práticas e eficientes que aumentem a arrecadação municipal, garantindo segurança jurídica, simplificação de processos e desenvolvimento urbano ordenado, alinhados à legislação vigente.



## **Francisco Ramos Mangieri**

Advogado Tributarista, Consultor Tributário, Palestrante, Diretor do Departamento Tributário da Secretaria de Finanças de Bauru por doze anos, Fundador, Ex-Presidente e Ex-Conselheiro do Conselho Municipal de Contribuintes de Bauru, Professor de Direito Tributário em cursos de Graduação e Pós-Graduação, Especialista em Direito Tributário e Direito Municipal Brasileiro, Autor de diversos livros e artigos jurídicos sobre a matéria tributária municipal.

### **Conteúdo Programático:**

1. Mudança de conceito do programa de NFS-e;
  - 1.1. Evolução do programa de NFS-e para um sistema de malha fina;
  - 1.2. Novas rotinas a serem implementadas;
  - 1.3. Direcionamento das fiscalizações;
  - 1.4. Cobrança administrativa automatizada;
  
2. Substituição tributária;
  - 2.1. Ampliação do regime;
  - 2.2. Implementação de instrumentos de controle;
  
3. Malha NFS-e x e-Financeira municipal
  - 3.1. ADI 7276 do STF;
  - 3.2. Como criar a e-Financeira municipal;
  - 3.3. Procedimentos para os cruzamentos e notificações aos contribuintes;
  
4. Cessão de uso compartilhado de infraestrutura;
  - 4.1. Instituição de declaração eletrônica;
  - 4.2. Cruzamentos de dados entre as concessionárias;

## **5. Tvs por assinatura;**

### **5.1. Criação de declaração eletrônica;**

### **5.2. Definição e imposição de lista com os serviços sujeitos ao ISS;**

## **6. Bancos;**

### **6.1. Foco em contas COSIF não controvertidas;**

### **6.2. Ampliação da base de cálculo do ISS a partir de glosas de deduções improcedentes;**

### **6.3. Adoção de rotinas de inteligência fiscal para a otimização da apuração e cobrança do ISS bancário;**

## **7. Hospedagem;**

### **7.1. Malha fiscal com o aproveitamento do Boletim da Ocupação Hoteleira;**

## **8. Ensino;**

### **8.1. Malha fiscal com o aproveitamento do Censo da Educação Escolar;**

### **8.2. Automatização da emissão das NFS-e;**

## **9. Saúde;**

### **9.1. Malha fiscal a partir de cruzamentos com a DMED da RFB;**

### **9.2. Regularização do ISS das cooperativas e planos de saúde;**

### **9.3. Regularização do ISS das sociedades profissionais;**

## **10. Construção civil;**

### **10.1. Reviravolta jurisprudencial do STJ;**

### **10.2. Alteração da base de cálculo do ISS: como fazer?**

### **10.3. Efeitos da alteração: retroativos ou prospectivos?**

## **11. Simples Nacional;**

### **11.1. Alíquota automática na retenção na fonte;**

### **11.2. Malha NFS-e x PGDAS-D x DASN-SIMEI;**

### **11.3. Cobrança administrativa eficiente.**





## **Francisco Ramos Mangieri**

Advogado Tributarista, Consultor Tributário, Palestrante, Diretor do Departamento Tributário da Secretaria de Finanças de Bauru por doze anos, Fundador, Ex-Presidente e Ex-Conselheiro do Conselho Municipal de Contribuintes de Bauru, Professor de Direito Tributário em cursos de Graduação e Pós-Graduação, Especialista em Direito Tributário e Direito Municipal Brasileiro, Autor de diversos livros e artigos jurídicos sobre a matéria tributária municipal.

### **Conteúdo Programático:**

1. Introdução: A Reforma Tributária mexe essencialmente na tributação do consumo;
2. IVA DUAL - CBS E IBS: Competência Tributária
3. Comitê gestor do IBS: Conceito e funções
4. Hipótese de incidência do IBS
  - 4.1. Objeto de tributação;
  - 4.2. Local de incidência;
  - 4.3. Base de cálculo e alíquota;
  - 4.4. Não cumulatividade.
5. Pagamento e distribuição do IBS
  - 5.1. Poderá ocorrer perda de receita para os municípios?
  - 5.2. A regra do complemento da receita até 2078;
  - 5.3. Período para arrecadar ainda mais.



6. Repasse Do IBS Estadual aos Municípios

7. Imunidades E Isenções Tributárias

7.1. As Imunidades genéricas permanecem?

7.2. Os municípios terão competência para conceder isenções do IBS?

8. O Simples Nacional na Reforma Tributária

9. Regras de transição para o novo regime

10. Novidades em relação ao IPTU

11. CIP ampliada e nova contribuição Municipal

12. E a fiscalização tributária municipal, como ficará?

13. Obrigações acessórias

14. Processo administrativo tributário

## Ainda não acabou - Fique por Dentro!

Ainda temos dois cursos imperdíveis para você! Confira abaixo os detalhes e garanta sua participação.

3 - A PRÁTICA NO PROCEDIMENTO DA REURB

4 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE LICENCIAMENTO E  
REGULARIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Inscrições até 21 de março de 2025

**Ester Celo da Rosa Caliani**

Graduada em Administração de Empresas com ênfase em Recursos Humanos; Graduada em Direito; Especialista em metodologia do ensino superior e gestão pública; advogada; servidora pública municipal da prefeitura de Rolim de Moura RO; Foi Professora por 10 (dez) anos na Farol-Faculdade de Rolim de Moura.

**Conteúdo Programático:****1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O advento da Lei Federal 13.465/2017.
- 1.2. A necessidade ou não da regulamentação da Lei 13.465/2017.

**2. REUB: FASES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

- 2.1. Requerimentos dos legitimados;
- 2.2. Procedimento administrativo;
- 2.3. Elaboração do projeto de regularização fundiária
- 2.4. Saneamento do processo;
- 2.5. Aprovação;
- 2.6. Emissão da CRF – Certidão de Regularização Fundiária;
- 2.7. Envio para o Cartório Registral;
- 2.8. Entrega dos documentos aos beneficiários;
- 2.9. Averbação das construções.

Ainda temos mais um curso imperdível para você!

**4 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE LICENCIAMENTO E  
REGULARIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**

Inscrições até 21 de  
março de 2025





## Marcelo Vieira

Arquiteto, Urbanista e Engenheiro de Segurança do Trabalho, Palestrante, Proprietário da MV Arquitetura e Design de Interiores e Servidor Efetivo da Prefeitura de Rolim de Moura a dez Anos, Exercendo Cargo de Analista Técnico de Projetos Públicos e Privados com Ênfase em Licenciamento de Obras, Presidente da Comissão de Alteração e Atualização do Plano Diretor, Código de Zoneamento, Código de Obras e Lei de Padronização das Calçadas de Rolim de Moura.

## Bruno Fonseca

Engenheiro civil e de segurança do trabalho, com 10 anos de experiência na Prefeitura de Rolim de Moura como analista técnico de obras públicas, atuando no licenciamento, orçamento e fiscalização. Foi professor e coordenador do curso de Engenharia Civil na FSP (2016-2017) e preside a Comissão de Análise de Projetos. Também participa da revisão do Plano Diretor do município e é responsável técnico por empresas de construção.



## Conteúdo Programático:

### 1 - Introdução:

- 1.1 - A importância do licenciamento e regularização de obras;
- 1.2 - Os principais benefícios do licenciamento e regularização de obras;

### 2 - Sobre o licenciamento e regularização de obras:

- 2.1 - A quem compete a emissão da licença municipal de obras;
- 2.2 - Em que consiste o processo de licenciamento de obras;
- 2.3 - Quais obras devem ser licenciadas ou regularizadas;

### 3 - Os principais beneficiados com o licenciamento ou regularização de



## Obras:

3.1 – As prefeituras;

3.2 – Os (as) servidores (as) públicos (as);

3.3 – Empresários (as) e profissionais do setor AEC (Arquitetura, Engenharia e Construção civil);

3.4 – Sociedade civil;

4 – Quem participa do licenciamento e regularização de obras:

5 – Modalidades de licenciamento:

6 – Problemáticas e desafios identificados em processos de Licenciamento de obras:

7 – Organização do licenciamento de obras por categorias de obras:

8 – Etapas para o licenciamento e regularização de obras:

9 – O papel da fiscalização no processo de licenciamento e regularização de obras:

10 – Passo a passo para um licenciamento mais ágil, simples, seguro e moderno:

De 26 à 28 de março de 2025

Inscrições até 21 de março de 2025

**R\$ 3.500,00**

Por pessoa



**Golden Plaza Hotel  
Porto Velho**

Contato:

 (69) 99261-5587 - 07:30 às 17:30

Email:

[atendimento@safegov.com.br](mailto:atendimento@safegov.com.br)